
PEDAGOGIA

ISABELA PENTEADO

**O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM
CRIANÇAS AUTISTAS**



RIO CLARO - SP
2023

ISABELA PENTEADO

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM CRIANÇAS AUTISTAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Andréia Osti

RIO CLARO - SP
2023

P419p Penteado, Isabela
O processo de alfabetização em crianças autistas
/ Isabela Penteado. -- Rio Claro, 2023
58 p. : tabs., fotos

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura -
Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientadora: Andréia Osti

1. alfabetização. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ISABELA PENTEADO

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM CRIANÇAS AUTISTAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Andréia Osti

Prof. Dr. Laura Noemi Chaluh

Prof. Dr. Thiago Fernando Bonatti

Aprovado em: 06 de Novembro de 2023

Dedico este trabalho a Deus, meus orixás e guardiões à minha família, que tanto me incentivou e me apoiou nessa trajetória, aos meus avós paternos (in memoriam) que cuidaram de mim enquanto estavam aqui, aos meus pais e irmã, que me incentivaram desde o início da minha jornada e aos amigos que ajudaram nos momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

A Deus e aos orixás, que nos dão força para perseverar em direção às nossas metas pessoais e inteligência para alcançá-las.

À minha família, em especial meus pais Marcelo Penteado e Maria Isolina A. Penteado, a minha irmã Raissa Penteado e ao meu avô José Carlos Teixeira Penteado, que estiveram comigo em todos os momentos e compartilharam tristezas e felicidades.

À Marcela Miranda de Moraes e à Larissa Cassano de Abreu, minhas amigas que estão comigo nos melhores e piores momentos, me apoiando, incentivando e acreditando em mim até mesmo quando eu não acreditava. Vocês me ajudaram a alcançar mais esse sonho!

Aos meus colegas, Carlos Eduardo Soares, Gustavo Lent, Julia Jordão, Marília Boldt Figaro, Mariana Cunico e Meyrielle Gasparoto, pelos incentivos ao longo da elaboração deste trabalho.

A minha orientadora Andréia Osti, que prontamente aceitou o desafio de me orientar. Você foi fundamental nesse processo, obrigada por todas as conversas e orientações.

E, por último, à Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Câmpus de Rio Claro e todos os profissionais que a compõem, em especial aos da biblioteca, que sempre fizeram com que eu me sentisse acolhida naquele espaço; e os meus professores do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, pelos ensinamentos e reflexões.

“O professor é, naturalmente, um artista, mas ser um artista não significa que ele ou ela consiga formar o perfil, possa moldar os alunos. O que um educador faz no ensino é tornar possível que os estudantes se tornem eles mesmos.”

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. *O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso buscou analisar os processos de alfabetização para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), de forma a compreender aspectos facilitadores desta tarefa, a partir de trabalhos acadêmicos. O objetivo pautou-se em analisar dissertações, teses e artigos sobre os processos de alfabetização e sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Foram trabalhadas algumas questões sociais em que são mostradas algumas dificuldades no âmbito da comunicação e educação e as leis que foram criadas para enfatizar os direitos de pessoas autistas. E por fim iremos refletir sobre o processo da alfabetização e aos poucos aprofundando na questão da alfabetização de autistas mostrando métodos didáticos, que auxiliam no processo de alfabetização, ainda no quesito educação falaremos um pouco sobre a formação do docente e de que forma isso afeta o processo de alfabetização, essas fontes foram identificadas por meio de consultas a bases de dados como a Scientific Electronic Library Online (SciELO), abrangendo publicações relacionadas ao tema.

Palavras-chave: Deficiência, Transtorno do espectro autista, Alfabetização.

ABSTRACT

This undergraduate thesis aimed to analyze literacy processes for students with Autism Spectrum Disorder (ASD), aiming to understand facilitative aspects of this task based on academic works. The objective was to examine dissertations, theses, and articles on literacy processes and Autism Spectrum Disorder (ASD). Some social issues were addressed, highlighting difficulties in communication and education, along with laws created to emphasize the rights of autistic individuals. Finally, we will reflect on the literacy process, gradually delving into the issue of literacy for individuals with autism, demonstrating didactic methods that aid in the literacy process. Regarding education, we will also touch upon teacher training and how it affects the literacy process. These sources were identified through searches in databases such as the Scientific Electronic Library Online (SciELO), covering publications related to the topic.

Keywords: Disability, Autism Spectrum Disorder, Literacy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tabela de Critérios utilizados para diagnosticar o Autismo considerando o espectro das características.....	20
Figura 2 –Tabela de estágios cognitivos.	31
Figura 3 – Pré silábico	37
Figura 4 – Escrita silábica sem valor.....	38
Figura 5 – Escrita silábica com valor.....	39
Figura 6 – Silábico alfabético	40
Figura 7 – Alfabético	40

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. JUSTIFICATIVA	13
3. OBJETIVO GERAL.....	14
3.1 Objetivos específicos	14
4. METODOLOGIA	15
5. DESENVOLVIMENTO	16
5.1 Compreendendo o transtorno do espectro autista (TEA).....	16
5.1.1 Sintomas e diagnósticos.....	19
5.1.2 Autismo e saúde pública	22
5.1.3 Transtorno do espectro autista e a legislação	25
5.2 O desenvolvimento da aprendizagem infantil e o trabalho docente	28
5.2.1 Alfabetização e letramento	34
5.2.2 Fases da alfabetização.....	36
5.2.3 Alfabetização e letramento de crianças autistas.....	42
6 AS POTENCIALIDADES DOS MÉTODOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	45
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	51

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), de acordo com o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-V) (2013), é definido como um transtorno do desenvolvimento neurológico, que está presente desde o nascimento ou começo da infância, mas podem não ser detectado antes, seja por conta das demandas sociais mínimas na infância, ou do intenso apoio dos pais ou cuidadores nos primeiros anos de vida.

O Autismo faz parte dos Transtornos do Neurodesenvolvimento e é classificado como Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma síndrome comportamental que se divide em três sintomas principais: a) dificuldade de interação social; b) prejuízo qualitativo na comunicação verbal e não-verbal e no brinquedo imaginativo; c) a presença de comportamentos repetitivos, estereotípias e interesses restritos (*idem*, 2013).

Sabe-se que a dificuldade de organização e compreensão da linguagem são sintomas comuns em pessoas com TEA, por isso, toda criança com TEA deve ser estimulada durante a alfabetização, para que a informação dada pelo professor, como por exemplo o nome da letra ou a uma palavra específica, comece a ficar mais organizada e o código alfabético começa a fazer mais sentido para a criança.

Segundo Freire (1983), o conceito de alfabetização é um ato criador, no qual o analfabeto apreende criticamente a necessidade de ler e escrever, preparando-se para ser o agente desta aprendizagem. E consegue fazê-lo na medida em que a alfabetização torna-se mais que o simples domínio mecânico de técnicas de ler. Segundo o autor, a alfabetização compreende o entendimento do que se lê e se escreve. É comunicar-se graficamente, implicando não em uma memorização mecânica das sentenças, das palavras, das sílabas, desvinculadas de um universo existencial, mas uma atitude de criação e recriação.

Conforme a grade curricular proposta pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o processo de alfabetização ocorre formalmente no 1º ano do ensino fundamental, por volta dos seis anos, e segundo a Lei nº 12.796 (LDB), proposta na Constituição (art. 208), torna-se obrigatório a matrícula a partir dos quatro anos de idade.

Na educação infantil, para crianças de dois a cinco anos, os especialistas

recomendam expor as crianças a situações que envolvam o letramento, que segundo Soares (2003) é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e de escrita; é o estado ou a condição que adquire um grupo social, ou um indivíduo, como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais porém, mesmo sendo percebidos como integrantes de um mesmo processo de aprendizagem, onde se desenvolvem as habilidades de ler e escrever, esses conceitos possuem características específicas.

Considerando os aspectos relacionados à alfabetização, apontados anteriormente, pretende-se, com este trabalho, promover a interlocução deste processo com a aprendizagem de alunos com TEA que, em decorrência de suas variadas condições, podem apresentar determinadas dificuldades durante a aprendizagem. Dessa forma, o projeto tem como objetivo responder às perguntas: Como facilitar o ensino para esses alunos? Quais as adversidades enfrentadas no processo de alfabetização de alunos com TEA e como podemos sanar essas questões facilitando seu desenvolvimento?

A partir disso, busca-se apresentar formas de facilitar sua aprendizagem, atentando para as melhorias que possam contribuir para a superação das dificuldades enfrentadas no processo de alfabetização de alunos com TEA, colaborando para o seu desenvolvimento.

2. JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema do trabalho se originou a partir de uma conversa com uma mãe, cujo filho é autista, e se encontra em fase de alfabetização. Ela, enquanto educadora, expôs sua dificuldade em conseguir lidar com esse processo perante as adversidades que seu filho enfrenta.

A partir disso, houve a ideia de estudar sobre o Transtorno do Espectro Autista ,para que futuros educadores saibam lidar com estes obstáculos , tendo em vista facilitar o ensino e também a forma de ensinar.

Esse trabalho tem o propósito de fornecer elementos para que a educação ocorra da maneira mais inclusiva para alunos com TEA, de forma que as oportunidades sejam as mesmas em todos os cenários de sua vida. Tal cenário se evidencia a partir dos dados publicados em dezembro de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde 85% dos autistas estão desempregados atualmente no Brasil (IBGE, 2020).

Pretende-se, desta maneira, criar apontamentos para que o ambiente de aprendizagem torne-se mais inclusivo, para que as pessoas com TEA tenham acesso a um ensino com melhor qualidade, e consequentemente, melhores oportunidades dentro do seu contexto de vida.

3. OBJETIVO GERAL

Analisar os processos de alfabetização para alunos com TEA, de forma a compreender aspectos facilitadores desta tarefa, a partir de trabalhos acadêmicos.

3.1 Objetivos específicos

- a) Analisar dissertações, teses e artigos sobre os processos de alfabetização e sobre o Transtorno do Espectro Autistas (TEA);
- b) Aprofundar os conhecimentos sobre alfabetização no contexto da educação especial;

4. METODOLOGIA

O Presente estudo adota uma abordagem qualitativa, que, conforme definida por (Minayo,2014), está voltada para o entendimento de aspectos da realidade que não podem ser quantificados. A metodologia qualitativa se baseia na interpretação dos fenômenos estudados,ela envolve a coleta de dados não estruturados, como entrevistas, análise de documentos, com o objetivo de explorar as complexidades, e significados subjacentes aos fenômenos sociais, culturais e humanos.

A metodologia qualitativa valoriza a subjetividade, a contextualização e a construção social da realidade, permitindo aos pesquisadores mergulhar profundamente nos contextos e nas perspectivas dos participantes da pesquisa para obter resultados significativos e ricos em detalhes. Essa abordagem é amplamente utilizada em disciplinas como sociologia, antropologia, psicologia e estudos culturais, oferecendo uma compreensão mais completa e holística dos fenômenos estudados.

Com isso para conduzir esta pesquisa, foram realizados levantamentos bibliográficos, incluindo uma revisão da literatura, que se baseou na análise de diversas fontes, tanto nacionais quanto internacionais. Essas fontes foram identificadas por meio de consultas a bases de dados como a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Periódicos da CAPES, abrangendo publicações relacionadas aos temas "Transtorno do Espectro Autista", "Alfabetização" e "Educação Especial" no período de 2012 a 2022. Adicionalmente, recursos disponíveis nas bibliotecas virtuais de instituições renomadas como a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) foram consultados, bem como repositórios de algumas faculdades federais, para enriquecer a base de dados utilizada na pesquisa.

5. DESENVOLVIMENTO

O trabalho a seguir encontra - se dispostos em três momentos:

- (1) Compreendendo o TEA
- (2) O desenvolvimento da aprendizagem infantil e o trabalho docente
- (3) As potencialidades dos métodos no âmbito Educação Especial

O primeiro tópico que é o compreendendo o TEA se trata de um tópico em que será trabalhadas questões como sintomas e diagnósticos de autistas, saúde pública e legislação, já o segundo tópico O desenvolvimento da aprendizagem infantil e o trabalho docente irá falar sobre fases da alfabetização, letramento e o uso de jogos no ensino e aprendizagem e o terceiro tópico sobre os métodos que podemos usar para facilitar todo esse processo.

5.1 Compreendendo o transtorno do espectro autista (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerado uma condição neurodesenvolvimental, apresentado nos primeiros anos de vida da criança. As causas e origens desse transtorno ainda são desconhecidas, mas pesquisas apontam a correlatos neurobiológicos e genéticos (Rutter, 2011).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é marcado pela predominância de déficits nas áreas sociais e comunicativas, além de comportamentos repetitivos e restritos. Os critérios diagnósticos para o TEA estão definidos no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) em 2013.

As alterações relacionadas a questões sociocomunicativas são encontradas em comportamentos relacionados à comunicação verbal e não verbal, reciprocidade emocional e no estabelecimento e manutenção de relacionamentos. Referente a comportamentos restritos e repetitivos, isso pode se manifestar nos movimentos do indivíduo, na fala, uso de objetos, além de aquisição de uma rotina rígida e hipo ou hipersensibilidade a estímulos sensoriais.

Segundo (Landa,2007) estudos têm revelado que as dificuldades na comunicação em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tendem a se manifestar geralmente antes de completarem dois anos de idade, tornando a falta das primeiras palavras e frases uma das principais fontes de apreensão para os pais de crianças com esse transtorno.

Consequentemente, questões relacionadas à linguagem desempenham um papel de destaque na abordagem do TEA. De acordo com (Walter,2000), a falta de comunicação verbal ou a ausência de falas funcionais afeta significativamente um grande percentual de crianças com autismo, variando entre 70% e 80%. Portanto, a identificação precoce e a intervenção eficaz nas dificuldades de comunicação se tornam cruciais, dado o impacto substancial que esse aspecto tem nas vidas das crianças com TEA e em suas famílias.

A falta de comunicação de modo funcional faz com que essas crianças se sintam frustradas por não conseguirem se comunicar (Cowan & Allen, 2007). Esse déficit linguístico envolve problemas também na comunicação não-verbal, problemas simbólicos, problemas de fala, na compreensão da fala, como também na falta de gestos (Walter & Almeida, 2010). Considerando a comunicação como peça-chave para o relacionamento com as demais pessoas, é importante o ensino de métodos alternativos da comunicação para tais indivíduos (Nunes, 2009).

Segundo alguns autores como por exemplo Dr. Leo Kanner (1943), de maneira prática, a regressão do desenvolvimento é caracterizada pela marcante perda das habilidades de interação social e comunicação, ocorrendo após um período de desenvolvimento aparentemente normal nos primeiros anos de vida da criança.

(Silva,2012), nos apresenta detalhes sobre as especificidades da criança com TEA. De acordo com a autora, o Transtorno do Espectro Autista é um transtorno global presente no desenvolvimento infantil, manifestado antes mesmo dos três anos de idade, prolongando-se por toda a vida. Como visto anteriormente, a autora também traz que o transtorno se caracteriza por um conjunto de sintomas que afeta as áreas de socialização, comunicação e comportamento, enfatizando que, dentre essas áreas, a mais acometida normalmente é a interação social (SILVA, 2012, p.6).

Segundo Silva, “conhecer um autista é ter a oportunidade de participar de um milagre diário” (Silva, 2019, p.9), ou seja, é ter que todo dia redescobrir o novo que há nos

recomeços.” A autora discorre que a criança com Transtorno do Espectro Autista é aquele ser genuíno, puro, magnífico e singular, com o seu jeito deser, mesmo que dentro de si existem muitos mundos a serem descobertos “(Silva, 2019, p. 12).

Ela nos chama atenção aos preconceitos e estereótipos empregados pela sociedade, trazendo que é muitíssimo importante não padronizar e respeitar a diversidade.

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas, relacionadas ao transtorno, é possível apontar os obstáculos no que se refere à família e profissionais de apoio às crianças com TEA. Silva (2012), apresenta em seu trabalho as adversidades encontradas, mas também as habilidades que podem ser reveladas com o TEA. No que se refere às habilidades, segundo a autora, vivemos em uma sociedade cheia de estereótipos relacionados ao autismo, de modo geral. Dessa forma, é comum relacionar o transtorno a algum déficit de aprendizagem ou intelectual. É importante ressaltar que isto é um mito, pois um fato não é dependente do outro, porém cada caso possui a sua singularidade, então existem crianças dentro do espectro com altas habilidades, crianças que precisam do material didático adaptado, crianças com dificuldade em disciplinas relacionadas à linguagem, justamente pelas necessidades presentes no transtorno relacionada a um atraso na fala e socialização, etc.

Segundo Silvia (2012, p.64) é viável que uma criança com Transtorno do Espectro Autista demonstre uma notável capacidade intelectual, tal como tocar melodias excepcionais no piano, mesmo sem qualquer experiência formal de ensino de música. Da mesma forma, alguns indivíduos com TEA podem desenvolver habilidades surpreendentes em cálculos matemáticos, sem terem recebido instrução escolar prévia sobre o assunto. No entanto, também é possível que crianças com TEA enfrentem desafios significativos em termos de raciocínio, aprendizado e independência, necessitando de intervenções e apoio constantes para realizar tarefas simples. Portanto, não existe um único padrão de comportamento que defina todas as crianças com TEA, pois suas características e habilidades podem variar amplamente.

5.1.1 Sintomas e diagnósticos

Tratando dos sintomas e diagnósticos verificados junto aos portadores de TEA, autores como (Orrú,2012, p.23) apontam que até 1989, estatisticamente, que a síndrome acometia crianças com idade a cada dez mil nascidas. Manifestava-se, majoritariamente, em indivíduos do sexo masculino, sendo a cada quatro casos confirmados três do sexo masculino e um caso para o feminino.

Segundo Silva *et al* (2012), a criança com TEA precisa ser investigada pelos profissionais de maneira criteriosa, pois “cada criança tem maior ou menor facilidade com alguma área”, e será nesse ponto que os profissionais irão desenvolver sessões a serem trabalhadas com a criança “sempre com o foco em avanços para outras etapas” (SILVA, 2012, p. 157).

De acordo com o DSM-IV, o TEA se caracteriza pelo desenvolvimento acentuadamente atípico na interação social e comunicação, e pela presença de um repertório marcadamente restrito de atividades e interesses, com esta noção, torna-se mais claro que para entender a pessoa com TEA é preciso compreender o seu jeito de pensar, se relacionar e agir, ou seja, procurar vê-lo como alguém que apresenta modos diferentes, e por isso necessita de respeito. Portanto, não é um sujeito incapaz, mas sim que pode fazer as coisas de maneiras diferentes. Sendo assim, quando a sociedade não entende e não respeita esse modo de ser do indivíduo com TEA, acaba atrapalhando seu desenvolvimento.

Pesquisas mais recentes como por exemplo a de Geraldine Dawson (2008) demonstram uma série de fatores que justificam toda essa dificuldade de comunicação e interação das pessoas com TEA. Pesquisas também revelam que as pessoas com TEA não conseguem “juntar partes de informações para formar um todo”, ou seja, elas não entendem como esse todo acontece, pois, centralizam sua atenção nos detalhes, sem levar em conta o contexto histórico da atual situação onde está inserido (SILVA *et al*, 2012, p.129).

Nos dias atuais, há uma definição sobre TEA, tanto na 10ª revisão da Classificação Internacional das Doenças Mentais (CID-10), quanto no Manual Diagnóstico e Estatístico da Associação Americana de Psiquiatria (DSM-V), como um

transtorno complexo que acomete o desenvolvimento, trazendo prejuízos às interações sociais, comunicação, padrões de interesse e comportamentos estereotipados e repetitivos, estabelecendo-se normalmente em rotinas rígidas. As manifestações do transtorno costumam aparecer cedo, com cerca de dois anos de idade, podendo o quadro variar em níveis de gravidade.

No que se refere ao diagnóstico infantil, tais fatores citados anteriormente podem dificultar o diagnóstico imediato e correto, pois para diagnosticar o espectro autismo infantil é necessário basear-se no quadro clínico do paciente, não havendo marcador biológico, sendo o diagnóstico realizado de acordo com a lista de critérios comportamentais feitos pelo DSM-5.

Tabela 1: Critérios utilizados para diagnosticar o Autismo considerando o espectro das características

Critério	Características
A	Deficiências persistentes na comunicação e interação social: 1. Limitação na reciprocidade social e emocional; 2. Limitação nos comportamentos de comunicação não verbal utilizados para interação social; 3. Limitação em iniciar, manter e entender relacionamentos, variando de dificuldades com adaptação de comportamento para se ajustar às diversas situações sociais.

B	Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, manifestadas pelo menos por dois dos seguintes aspectos observados ou pela história clínica: 1. Movimentos repetitivos e estereotipados no uso de objetos ou fala; 2. Insistência nas mesmas coisas, aderência inflexível a rotinas ou padrões ritualísticos de comportamentos verbais e não verbais; 3. Interesses restritos que são anormais na intensidade e foco; 4. Hiper ou hiporreativo a estímulos sensoriais do ambiente
C	Os sintomas devem estar presentes nas primeiras etapas do desenvolvimento. Eles podem não estar totalmente manifestos até que a demanda social exceda suas capacidades ou podem ficar mascarados por algumas estratégias de aprendizado ao longo da vida.
D	Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo nas áreas social, ocupacional ou outras áreas importantes de funcionamento atual do paciente.
E	Esses distúrbios não são melhor explicados por deficiência cognitiva ou atraso global do desenvolvimento.

Fonte: Retirado de American Psychiatric Association, 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/RP6tV9RTtbLNF9fnqvrMVXk/?lang=pt#>. Acesso em 15 mar. 2023.

Ter um diagnóstico precoce é muito importante, pois segundo estudos realizados

pela FAMP (Faculdade Morgana Potrich) cujo tem plena relevância por conta de seus estudos em medicina e publicado na Revista Saúde Multidisciplinar (2019), apontam os benefícios de um diagnóstico antes dos 36 meses de vida (3 anos), onde mostram resultados positivos no desenvolvimento, tendo maior potencial para alterar o curso do desenvolvimento.

Ainda segundo estes estudos na fase em que o cérebro mais se desenvolve, que vai desde a concepção até os três anos de idade, devem ser realizadas, nesse período, atividades de intervenção e estímulo ao desenvolvimento. Caso haja demora no diagnóstico, os sintomas tendem a ficar mais consolidados, e com isso o desenvolvimento psicossocial e cognitivo da criança é afetado. Desta forma, fica evidente a extrema importância deste campo de pesquisa, do diagnóstico precoce e das atividades de intervenção e desenvolvimento precoce.

“Os piores prognósticos estão diretamente relacionados com o diagnóstico após os três anos de idade, uma vez que após essa idade a criança tem mais dificuldade de se adaptar para uma melhor relação consigo e com os outros. Assim, um prognóstico favorável será possível por meio da adoção do tratamento antes da cristalização dos sintomas” (Steffen, Paula, Martins, Lopez, 2019).

Apesar dos grandes avanços dos estudos na área, ainda é possível identificar muitas crianças que vivem por anos sem diagnóstico e tratamento, algumas chegando à fase adulta, sendo possível ver outras com diagnósticos inadequados. Por isso, profissionais da saúde, educação, entre outras áreas relacionadas, devem estar cada vez mais preparados para lidar com casos do transtorno do espectro autista nas suas práticas, sendo extremamente importante ter conhecimento sobre o tema para identificar os sinais e saber lidar no dia-a-dia.

5.1.2 Autismo e saúde pública

A ONU (Organização das Nações Unidas) definiu o dia 2 de abril de todos os anos como sendo o dia mundial da conscientização do espectro autista (*World Autism Awareness Day*). A cada ano de “evento” de conscientização e reflexão, o fator mais exigido é atenção ao transtorno e maior visibilidade

Segundo o Conselho Nacional de Saúde, o autismo é uma síndrome complexa e mais frequente do que pensamos, mais comum em crianças do que outros

acometimentos, como câncer, diabetes, etc. De acordo com os dados do CDC (*Center of Diseases Control and Prevention*), órgão ligado ao governo dos Estados Unidos da América, há um caso de autismo a cada 110 pessoas.

De acordo com os dados do CDC, estima-se que no Brasil existam 2 milhões de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, sendo 300 mil casos no estado de São Paulo. Considerando as pessoas que vivem e convivem com os sintomas do autismo sem o auxílio de um profissional qualificado, é possível supor que esse número é muito maior. Ademais, com bases em estudos desenvolvidos pelo CDC, acredita-se que o autismo possui maior incidência em meninos do que em meninas, tendo a relação de uma menina para cada quatro meninos.

No Brasil, é preciso que as autoridades estejam em alerta quanto ao transtorno, para que possam criar políticas públicas para o diagnóstico, tratamento e inclusão, além de apoiar pesquisas nessa temática tão importante. No campo científico, é ampla a gama de pesquisas sobre as características do autismo, no que se refere a intervenções, tratamento, genética, etc.

No Brasil, a maior parcela de atendimentos às pessoas com Transtorno do Espectro Autista ocorre através do SUS (Sistema Único de Saúde), acontecendo principalmente nos níveis de Atenção Básica e da Atenção Especializada.

De acordo com o Ministério da Saúde:

“na assistência especializada, destacam-se os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que são serviços abertos e comunitários que devem prestar atendimento em regime de atenção diária, oferecer cuidado clínico eficiente e personalizado, promovendo a inserção social do usuário, além de dar suporte e supervisionar a atenção à saúde mental na rede básica. Para o atendimento de crianças e adolescentes foram criados os Centros de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSI). Este centro proporciona um atendimento bem dimensionado por ser composto de equipes multiprofissionais, atuar no território e respeitar a necessidade/demanda de cada caso” (Ministério da Saúde: Saúde Mental no SUS, 2004, p.13)

A Lei Berenice Piana (12.764/12) criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que determina o direito dos autistas a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamento pelo Sistema Único de Saúde; o acesso à educação e à proteção social; ao trabalho e a serviços que propiciem a igualdade de oportunidades. Esta lei também estipula que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Isso é importante porque permitiu abrigar as pessoas com TEA nas leis específicas de pessoas com deficiência, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (13.146/15), bem como nas normas internacionais assinadas pelo Brasil, como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (6.949/2000).

A Lei Romeo Mion, sancionada em 8 de janeiro de 2020, desempenha um papel fundamental na vida das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ao criar a Carteira de Identificação da Pessoa com TEA (Ciptea). Essa legislação é uma resposta necessária à impossibilidade de identificar visualmente o autismo, o que frequentemente resulta em obstáculos para o acesso a serviços prioritários, como estacionamento em vagas para pessoas com deficiência. A Ciptea, emitida gratuitamente por órgãos estaduais e municipais, é uma ferramenta importante para garantir que os autistas tenham acesso aos benefícios e serviços a que têm direito.

No entanto, a formulação de um diagnóstico de TEA é um processo complexo e delicado. Envolve procedimentos específicos de avaliação, que incluem a observação do próprio indivíduo e a coleta de informações de várias fontes, como família, professores, amigos e responsáveis. Uma das razões para a criação da Ciptea é a dificuldade de identificar o autismo visualmente, e esse desafio está relacionado à complexidade do diagnóstico. Além disso, a compreensão do TEA é um campo em constante evolução, e muitas vezes existem objeções à inclusão de novos critérios ou informações devido à natureza recente do conhecimento sistematizado sobre frequência, persistência, prejuízo funcional e consequências na vida adulta associadas ao TEA. Portanto, a criação da Ciptea é uma resposta importante a esses desafios, garantindo o reconhecimento e os direitos das pessoas com TEA.

5.1.3 Transtorno do espectro autista e a legislação

Segundo a Constituição Federal (CF) de 1988, em seu artigo 205, temos a seguinte afirmação:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988, Art.205)

No artigo 206, a Lei vem afirmar que o ensino será aplicado com base em alguns princípios, dando destaque para o Inciso I, que defende a igualdade de condições para o acesso e permanência nas escolas”. Esse acesso engloba todos os estudantes, incluindo aqueles que possuem alguma deficiência ou transtorno, incluindo as crianças com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 1988).

A CF de 1988 reforça, em seu Inciso número III, Artigo 208, sobre os alunos da educação especial e defende que o atendimento educacional especializado deve ser garantido aos estudantes portadores de alguma deficiência, com preferência na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Com isso, o Brasil entra em consonância com conteúdo abordado pela Declaração de Salamanca, em 1994. Esta declaração foi feita durante um encontro realizado na Espanha, com 88 representantes governamentais de diversos países e 25 organizações internacionais que se reuniram com o propósito de reafirmar, dentro do sistema regular de ensino, um compromisso para que haja o direito à educação de todos, incluindo crianças, jovens e adultos com necessidades específicas, para que sejam atendidas, e que não haja obstáculos à sua permanência nas escolas da rede pública de ensino.

De acordo com a Declaração de Salamanca, 1994, p.1

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de

aprendizagem que são únicas;

- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vastadiversidade de tais características e necessidades;

- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;

- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação

- Para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Com isso, o evento em Salamanca representou um grande passo no caminho da inclusão educacional e com isso o Brasil tornou-se aliado nessa luta pela inclusão dos alunos. Como exemplo disso, temos a LDB (Lei De Diretrizes e Bases) de 1996, que teve como um dos seus objetivos destacar que:

“Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação [...] O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades dos alunos.” (LDB, 1996, Art.59).

Pode-se perceber que as leis foram gradativamente assumindo uma preocupação com a educação das pessoas com TEA. No dia 27 de dezembro de 2012, foi sancionada pela ex-presidente da República, Dilma Rousseff, a lei nº 12.764, também conhecida como lei Berenice Piana, que estabelece uma política nacional de proteção dos direitos dos indivíduos com TEA. Em seu primeiro artigo, aborda que o indivíduo diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista é considerado como uma

pessoa com deficiência, de acordo com os efeitos legais. Se necessário, as pessoas com TEA que frequentam o ensino regular, serão acompanhadas de um profissional de apoio especializado, para auxiliá-lo em questões do dia a dia (BRASIL, 2012).

Em 2015, foi promulgada a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, estabelecendo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff. Esta lei consolida todas as leis anteriores já existentes que abordam a inclusão das pessoas com deficiência e estabelece seu espaço na sociedade como cidadão com princípios de cidadania, direitos e deveres. De acordo com a lei, a educação é um direito de todos e deve ser assegurada perante o sistema educacional inclusivo em todos os seus níveis escolares e aprendizados, almejando alcançar o seu máximo potencial de desenvolvimento ao longo da vida, trabalhando habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, de acordo com as suas características, interesses pessoais, sociais e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, art 27).

Pode-se notar que as leis de inclusão estabelecidas ao longo do tempo asseguram o atendimento inclusivo das pessoas com deficiência desde os primeiros anos da vida escolar, permeando sobre todos os níveis e modalidades, tratando também dos aprendizados que desenvolveram ao decorrer da vida, em busca da própria autonomia.

Abordando a questão dos professores, é importante destacar que a formação continuada é de extrema relevância para eles mesmos, pois os professores fazem parte desse processo, trabalhando diretamente com os alunos e tendo a oportunidade de desenvolver suas potencialidades.

Nesse contexto, torna-se responsabilidade do professor proporcionar apoio ao aluno, respeitando o seu ritmo de aprendizado e empregar técnicas que promovam a sua interação, expressão, aprendizado e desenvolvimento.

5.2 O desenvolvimento da aprendizagem infantil e o trabalho docente

Na conceituação do processo de aprendizagem (Oliveira,1993) o coloca, de acordo com a definição de (Vygotsky,1984), como sendo o processo de aquisição de conhecimentos ou ações a partir da interação com o meio ambiente e com o social.

O processo de aprendizagem acontece a partir da aquisição de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes através do estudo, do ensino ou da experiência. A construção de conhecimentos em sala de aula deve se constituir de forma gradativa adequando-se a cada estágio do desenvolvimento da criança. Com respeito e cuidado com o processo de maturação de cada fase, o professor pode oferecer atividades e estímulos adequados que possibilitem o desenvolvimento cognitivo. Segundo Pilleti & (Rossato,2011), “Ensinar é provocar o desequilíbrio da mente do estudante para que ele busque o reequilíbrio, numa reconstrução de novos esquemas, ou seja, que ele aprenda.

Tais condições citadas anteriormente englobam características que exigem dos adultos o reconhecimento de sua vulnerabilidade e o respeito perante isso dessa forma pode haver práticas que podem gerar conflitos internos e traumas posteriores à criança. Assim, o bem-estar deve ser priorizado, com atividades que promovam experiências positivas e aquisições de conhecimentos múltiplos.

São essas características que devem compor o perfil docente, e esse trabalho exige que o professor desenvolva práticas responsáveis e dinâmicas. A responsabilidade da educação, e de seus profissionais, é muito grande, pois inclui garantir a saúde e a proteção física e, também, os direitos básicos de participação e liberdade de expressão. Porém, não adianta ter assegurado o direito de participar e tomar decisões no coletivo se os repertórios culturais são restritos e não permitem compartilhar no coletivo a diversidade das linguagens e dos diferentes modos de manifestar-se (BARBOSA, 2006).

Atualmente, tem aumentado a importância atribuída à primeira infância, e a legislação passou a considerar a educação infantil como um direito fundamental da criança. A Emenda Constitucional nº 59/200926, determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos.Torna-se obrigação do Estado prover de forma gratuita em diversas instituições essa primeira etapa da educação básica.

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, “a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada.” (BNCC, 2018)

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. (BNCC, 2018, p.pág 34)

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009)²⁷, em seu Artigo 4º, definem a criança como

“[...] sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2009).

Ainda de acordo com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. (BNCC, 2009, p. 35)

Com isso, é possível visualizar a importância de valorizar a educação infantil e trabalhar especificidades da idade, pois ela faz parte de uma etapa de um processo gradativo, sendo preparada para ingressar no ensino fundamental I e iniciar o processo de alfabetização.

Nesse contexto de desenvolvimento da criança e o papel do docente, Piaget (1973) apresenta a ideia de práticas pedagógicas diferenciadas, e em sua pesquisa sobre desenvolvimento cognitivo, ressalta a importância de a escola respeitar a individualidade de cada fase a partir de novos estímulos numa relação dialética de interação.

Para Piaget (1973), "o desenvolvimento da criança implica numa série de estruturas construídas progressivamente através da contínua". O ser humano é ativo em suas relações em trocas de conhecimentos, promovendo o processo de assimilação. Com isso, o ambiente escolar deve ser incentivador e benéfico das interações, fundamentado numa proposta de trabalho que envolva atuações dinâmicas para construção cognitiva.

A aprendizagem da criança requer uma ação organizadora na interação entre o sujeito e o conteúdo. Piaget (1999) defende a teoria de que antes da aprendizagem, é necessário que o indivíduo tenha desenvolvido capacidades psicológicas, trazendo isso para sala de aula. O professor deverá ter consciência do estágio de desenvolvimento em que seus alunos se encontram, para preparar atividades apropriadas para tal fase, que irão auxiliar no processo.

As crianças exploram o mundo ao seu redor por meio de suas ações e representações mentais, incorporando novos objetos e experiências aos seus esquemas de conhecimento. Portanto, a capacidade de aprendizado de um aluno não está apenas vinculada à metodologia de ensino, mas também à maneira como ele assimila e relaciona suas formas de pensamento com suas habilidades cognitivas.

O equilíbrio entre assimilação e acomodação é o que rege a passagem de um estágio para o outro, pois ocorre uma progressão no conhecimento gerando adaptação de determinados conceitos (Piaget, 1964).

Piaget (1999) elenca quatro estágios que precedem o desenvolvimento infantil:

sensório motor, pré-operacional, operacional concreto e operações formais. Sendo o primeiro o Sensório motor (0 – 2 anos), Pré operatório (2 – 7 anos), Operatório concreto (7 – 12 anos) e Operatório lógico formal (12 – 16 anos) .

Segundo Papalia:

“O primeiro dos quatro estágios de desenvolvimento cognitivo é o estágio sensório motor. Durante esse estágio (do nascimento até aproximadamente os 2 anos), dizia Piaget, os bebês aprendem sobre si mesmos e sobre seu ambiente (PAPALIA, 2006, p.197).”

Após o nascimento, o bebê entra em contato com o meio externo, começa a ter compreensão não somente de si, mas de outros objetos, isso acontecendo de forma gradual e dependendo dos estímulos que recebe. Este começa a ter noção de seu corpo, analisando seus membros e tendo conhecimento aos poucos de sua movimentação.

Tabela 2: Estágios cognitivos

Estágio	Faixa Etária	Características Principais
Sensório-motor	0-2 anos	Aquisição de habilidades motoras, desenvolvimento da percepção e coordenação sensorial, compreensão do mundo através das ações físicas.
Pré-operacional	2-7 anos	Desenvolvimento da linguagem, pensamento simbólico, egocentrismo, início da representação de objetos e eventos por meio de símbolos, mas ainda falta de lógica e conservação.
Operações Concretas	7-11 anos	Desenvolvimento da capacidade de pensamento lógico, compreensão da conservação, seriação e

Estágio	Faixa Etária	Características Principais
		categorização, pensamento concreto e orientado para o presente.
Operações Formais	11 anos em diante	Desenvolvimento do pensamento abstrato, capacidade de hipotetizar e raciocinar logicamente sobre conceitos e situações abstratas, pensamento orientado para o futuro.

Dessa forma o desenvolvimento da criança acarreta mudanças nos esquemas de interpretação da realidade por elas formado. Essas mudanças são frutoda evolução de percepções, e o ser humano tende a progredir conforme entra em contato com o meio e vivencia experiências. A escola tem papel-chave pois proporciona o contato com o meio, vivências e interações, resultando em trocas. Como contribuição, o ambiente escolar deverá ser positivo, a fim de permitir que a criança interaja e troque conhecimentos a partir de sua realidade.

O objetivo da instituição escolar é destacar as singularidades de cada estudante, reforçando sua capacidade de contribuição para o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem. Diante disso acaba se tornando fundamental que os educadores adotem uma abordagem que incorpore o ludico que conforme observado por Maria Emília López (2016), a capacidade de imaginar e participar do lúdico não é exclusiva das crianças; os adultos também têm essa capacidade. Portanto, a integração do elemento lúdico pode servir como um caminho valioso para a construção do conhecimento.

É importante haver uma relação de integração positiva entre aluno e professor, visto que o docente tem ciência que o construtivismo(Fossile, 2010) torna a aprendizagem mais interessante, onde a criança irá ter autonomia, aprendendo sozinha e buscando um objetivo.

De acordo com Piaget(1966) a teoria do construtivismo é uma forma de aprendizagem que se baseia na ideia de que o conhecimento não é transmitido passivamente de um professor para um aluno, mas sim construído pelo indivíduo através de suas experiências e interações com o ambiente considerando esses aspectos, a fim de que o processo de aprendizado seja construído de forma colaborativa entre educadores e alunos.

Segundo Ostetto (2000), “Não adianta ter um “planejamento bem planejado”, se o educador não constrói uma relação de respeito e afetividade com as crianças; se ele toma as atividades previstas como momentos didáticos, formais, burocráticos; se ele apenas age/atua, mas não interage/partilha da aventura que é a construção do conhecimento para o ser humano” (Ostetto, 2000, p.190).

Contudo, é importante a quebra de estereótipos desde cedo, pois estes funcionam em um ciclo repetitivo. Atividades reflexivas devem ser estimuladas para haver criatividade e fomentar a criticidade quanto à sua prática, para agir sobre ela, e não apenas reproduzir o que lhe foi imposto, o indivíduo poderá ser livre e trabalhar o lado lúdico.

5.2.1 Alfabetização e letramento

Segundo Ferreiro (1996) “O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças.”

“Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriarse da escrita.” (Ferreiro, 1999)

A palavra "letramento" tem sua origem no termo inglês "literacy" e refere-se à habilidade de usar a leitura e a escrita de maneira efetiva em contextos sociais. O letramento é um processo separado da alfabetização, o que significa que, mesmo que um indivíduo não seja alfabetizado, ele pode ser considerado letrado, dependendo de sua interação na sociedade, pois vai além da simples habilidade de ler e escrever, abrangendo a compreensão e a aplicação das práticas escritas no mundo social.

De acordo com Moraes e Albuquerque,

“Letramento é um “conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito”. Ou seja, letramento é além de saber ler e escrever, entender o que se lê e se escreve, relacionando dessa forma com o contexto social, sua experiência cotidiana.” (MORAIS; ALBUQUERQUE, 2007, p. 7).

“Letrar vai além da alfabetização, envolve ensinar a leitura e a escrita dentro de um contexto que atribua significado e as integre à vida do aluno. Portanto, é essencial tomar precauções ao orientar o processo de alfabetização,” (Soares 2003)

Segundo a autora Magda Soares (2003), limitar-se apenas ao ensino da leitura

e da escrita é inadequado. Alcançar níveis de alfabetização funcional, nos quais as pessoas leem e escrevem, mas não conseguem aplicar esse conhecimento de maneira socialmente significativa, não pode mais ser considerado um processo eficaz de ensino-aprendizagem. Isso foi afirmado no Diário da Escola em 23 de agosto de 2003.

A alfabetização e letramento são processos que trabalham conjuntamente, porém distintos, sendo o letramento um componente importantíssimo do processo de alfabetização, dessa forma é necessário ensinar para que o educando não só decodifique as letras, como entenda o que está lendo.

Para Ferreiro (2000) se compreendermos que qualquer informação tem que ser assimilada, e, portanto, transformada para ser operante, então teríamos que aceitar também que os métodos (como seqüência de passos ordenados para chegar a um fim), não oferecem mais do que sugestões, incitações, praticam de rituais ou conjunto de proibições. O método, segundo a autora, não cria conhecimento. Segundo Morais e Albuquerque:

“Alfabetização – processo de aquisição da “tecnologia da escrita”, isto é do conjunto de técnicas – procedimentos habilidades - necessárias para a prática de leitura e da escrita: as habilidades de codificação de fonemas em grafemas e de decodificação de grafemas em fonemas, isto é, o domínio do sistema de escrita (alfabético ortográfico)” (MORAIS; ALBUQUERQUE, 2007, p. 15).

Dessa forma, passamos a visualizar a alfabetização como uma construção conceitual gradativa, desenvolvida dentro e fora do ambiente escolar, a partir de processos de interação com o meio, pois estamos imersos em um mundo escrito, e nesses momentos ocorrem as primeiras interações das crianças. Tal fato enfatiza que o aprendizado não está exclusivamente na associação de letras e sons a partir da aplicação de atividades, como também no cotidiano.

A convivência com rótulos de embalagens, símbolos, propagandas, cartazes, nomes de ruas, placas, avisos, bilhetes, receitas, cartas fichas, jornais, revistas, livros, etc., faz com que as crianças aprendam a identificar e relacionar a linguagem escrita e familiarizar-se, podendo utilizar como ponto de partida para levantamento de hipóteses e compreensão dos significados. Com isso, antes do processo de alfabetização, as pessoas convivem com situações de leitura e escrita que contribuem para o desenvolvimento do processo de letramento.

De acordo com Lira (2006), a psicogênese da língua escrita oferece ideias sobre como crianças e adultos constroem seu sistema interpretativo para compreender esse objeto social complexo que é a escrita. Mesmo antes de dominarem a forma convencionalmente aceita de escrita e leitura, estão envolvidos em um processo que os aproxima ou os afasta da formalização das habilidades de leitura e escrita.

Para uma pessoa tornar-se letrada, ela precisa ter experiências culturais de escrita e leitura, onde irá reconhecer palavras ou frases escritas, associando-as ao logotipo, por exemplo. Vejamos a seguinte situação: Uma criança está acostumada a comer no Mcdonalds com os pais, essa criança poderá ler o nome da empresa e até escrever, porém não estão compreendendo o sentido de cada letra na palavra pois ainda não adquiriu consciência fonológica, apenas decorou a palavra, essa situação descrita precede a educação formal. Porque vive em um ambiente escrito, onde as pessoas ao seu redor lêem e escrevem, as crianças nessa fase serão levadas a pensar na leitura, motivando-a à respeito desse processo e podendo refletir sobre diferentes aspectos dos materiais que têm acesso. Vale lembrar que a leitura não se dá apenas a partir de letras. Desde cedo, crianças que têm acesso a gibis, revistas, livros com imagens, realizam a leitura destes, interpretando o que há nas cenas das histórias, podendo criar suas próprias histórias.

5.2.2 Fases da alfabetização

Durante o processo de alfabetização, as crianças passam por diferentes fases antes de compreender completamente o sistema de escrita característico da fase ortográfica, com isso cada fase possui suas especificidades. A criança passa por cada fase de forma construtiva, adquirindo desenvolvimento e cada vez mais consciência fonológica, podendo inserir seus aprendizados no dia a dia, auxiliando no processo de leitura.

Entre a década de 1970 e 1980, a psicóloga e pesquisadora Emília Ferreiro conduziu uma longa pesquisa sobre a teoria de Piaget, buscando compreender de que forma se dava a aprendizagem de diferentes assuntos, tendo como principal foco descobrir se, ao aprender a escrever, a criança utilizava os mesmos aspectos criativos e ativos que Piaget estudou ao longo dos anos.

A autora trouxe diversos trabalhos que enriqueceram o campo da alfabetização. Em seu primeiro trabalho (FERREIRO,1976) a autora aponta que a criança começa a aprender a ler antes mesmo de ser inserida na escola, sendo característico do letramento. Dessa forma, foi identificado que existem quatro fases principais desse processo, sendo elas: Pré silábico, Silábico, Silábico Alfabético e Alfabético. A seguir é possível observá-las individualmente.

Pré silábico

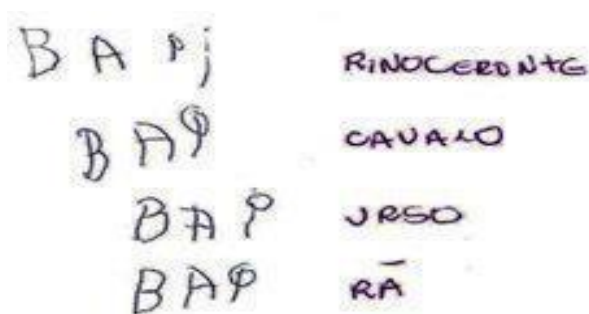


Imagem 1

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Escrita-pre-silabica-com-diferenciacao-intrafigural_fig3_311680582

Acesso em: 26 de fevereiro de 2023.

Nessa fase, a criança ainda não percebeu que a escrita representa a fala, não tendo consciência fonológica, pode utilizar letras e números para escrever as palavras, e normalmente apresenta escrita fixa, como é possível observar na imagem, onde utiliza as mesmas letras para escrever diferentes palavras. Não registra palavras no papel com intenção de representar o registro sonoro que foi proposto, e também pode estabelecer um número mínimo de letras, normalmente 3. Ademais, tende a relacionar o tamanho dos elementos ao tamanho das palavras.

Exemplo: Palavras “boi” e “formiga”

Na escrita das palavras, ela usaria mais letras para escrever boi, por ser um animal maior, do que na escrita da palavra formiga, que é um inseto pequeno.

Silábico

Nessa fase há a descoberta de que a escrita representa a fala, por isso ela irá representar cada sílaba por uma letra diferente, podendo usar ou não o valor sonoro das letras, e irá utilizar mais vogais por ter o som marcante. Essa fase é dividida em Silábico com Valor e Silábico Sem Valor.

Escrita Silábica Sem Valor



Imagem 3: Escrita SSV

Fonte: <http://sabidinhosdaioio.blogspot.com/2011/04/niveis-conceituais-da-escrita.html> Acesso em: 26 de fevereiro de 2023.

Na imagem acima notamos que a escrita é silábica sem valor sonoro, onde a criança utiliza uma letra para representar cada segmento sonoro, porém não há a representação sonora das sílabas.

Escrita Silábica Com Valor



Imagem 2: Escrita SCV

Fonte: <https://www.alfabetikas.com.br/2021/04/hipotese-de-escrita-silabico-alfabetica.html>

Acesso em: 26 de fevereiro de 2023.

Observamos que a criança utilizou uma letra para cada segmento oral, utilizando o valor sonoro das letras.

Silábico Alfabético

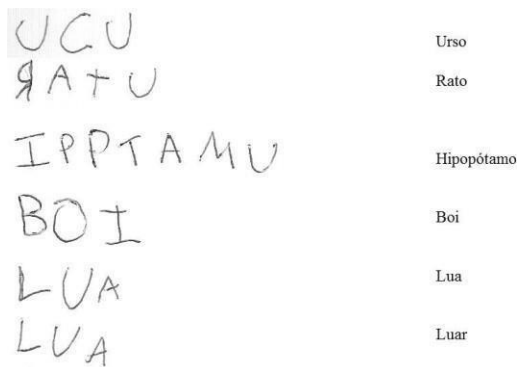


Imagem 4: Escrita Silábica Alfabética

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Escrita-silabico-alfabetica_fig3_280742237

Acesso em: 26 de fevereiro de 2023.

Nessa fase há a transição entre as hipóteses silábica e alfabética, trazendo mais letras para as palavras, aproximando-se mais da fase alfabética, acrescenta consoantes às sílabas, tendo mais letras nas palavras. Na imagem, observamos que a criança apresentou dificuldade na escrita nas palavras que possuem sílabas complexas, errando na ortografia da palavra, mas representando todos os sons. Também houve confusão e troca de letras que são parecidas, como s e c por exemplo.

Alfabético



Imagem 5: Escrita Alfabética

Fonte: <https://www.soescola.com/2017/03/fases-da-alfabetizacao-da-crianca.htm>

Acesso em: 26 de fevereiro de 2023.

Essa fase é marcada pela compreensão do funcionamento da linguagem escrita, produzindo escritas com correspondência sonora, tanto com vogais quanto com consoantes, utilizando todas as letras na escrita, porém ainda podem surgir conflitos que só serão corrigidos na fase ortográfica. Exemplo: A palavra “cachorro”, a criança poderá escrever da seguinte forma: Caxorro.

5.2.3 Alfabetização e letramento de crianças autistas

De acordo com a Dr. Marise Bartolozzi Bastos (2018) em um dos seus artigos comenta que a alfabetização de uma criança com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) difere significativamente das abordagens típicas em termos de metodologia, tempo de aprendizagem e compreensão das características específicas do TEA. Em muitos casos as metodologias utilizadas nas escolas não levam em consideração as particularidades das crianças dentro do espectro, resultando as vezes em um processo de aprendizagem frustrante para elas.

As crianças autistas podem enfrentar desafios na fase da alfabetização por ocorrências únicas do TEA, tais como

- Comunicação e interação social
- Habilidades motoras finas
- Sensibilidade sensorial
- Dificuldades de processamento
- Interesses e motivação restritos
- Flexibilidade cognitiva

A partir disto psicanalistas como Pommier (1996) discutem que a aprendizagem da escrita é algo além do domínio de uma técnica ensinada na escola, mas sim uma forma de representação da fala, dessa forma a fala que passa a ser considerada uma maneira de escrita inconsciente. Dessa forma para alunos autistas a relação sujeito e linguagem acabam sendo reorganizadas através da escrita, uma vez que a escrita inconsciente serve de suporte para a escrita alfabética.

Seguindo essa lógica de aprendizagem organizações especializadas no assunto como por exemplo a JADE(uma plataforma de jogos educativo para crianças com dificuldades cognitivas) que foi fundada em 2017 em Vitória no Espírito Santo pelo desenvolvedor de software Ronaldo Cohin, criaram uma certa estrutura de alfabetização para crianças com TEA, essa estrutura é composta por 5 itens, sendo eles:

- Consciência Fonológica, que é a capacidade de associar as letras aos sons, assim com o estímulo de pensar que cada letra tem uma sonoridade a informação começa a ficar mais clara, fazendo com que o sistema alfabético faça mais sentido.
- Princípio Alfabético, que segundo autores “ O princípio alfabético envolve o reconhecer as letras do alfabeto, realizar a correspondência grafema-fonema, além de conhecer e produzir o som correspondente a um código gráfico (grafema/letra), tendo relação direta com a decodificação “ (Puranik, Lonigan & Kim, 2011).
- Instrução Fônica, que consiste na aprendizagem de grafemas relacionando os sons as palavras faladas com a ortografia.
- Instrução Explícita, onde a aula é dividida em etapas (objetivo da aula, instrução, prática, correção e avaliação), assim tornando o processo mais claro.
- Abordagem Multissensorial, consiste em utilizar os sentidos para facilitar a aprendizagem e absorção dos conteúdos propostos. Ajudando assim solidificar novas informações.

Com isso torna-se indispensável um acompanhamento especializado de psicopedagogos como por exemplo Marise Bartolozzi Bastos(2018) onde a mesma ressalta que o auxílio da família também interfere de forma significativa na evolução desse processo. Ela resalta também que apostar nas possibilidades, incluir a dimensão de um sujeito psíquico e não somente na capacidade cognitiva do indivíduo abre espaço para que novas formas de ensinar sejam viabilizadas no contexto escolar.

O trabalho com a escrita alfabética se torna algo possível se tratando de alfabetização de crianças autistas, ela possibilita a reorganização dos fatores dentro do campo simbólico, dessa forma a criança assimila com maior facilidade o que está sendo exposto.

6 AS POTENCIALIDADES DOS MÉTODOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os métodos desempenham um papel fundamental no âmbito da educação especial, visando promover a inclusão e o desenvolvimento de cada aluno. Primeiramente, os métodos adaptados se destacam como práticas essenciais para atender às necessidades individuais dos estudantes com deficiências ou dificuldades de aprendizado. Por meio da adaptação de materiais, estratégias e abordagens pedagógicas, é possível criar um ambiente de ensino mais inclusivo, garantindo que todos os alunos tenham acesso às oportunidades de aprendizado.

Além disso, os métodos no campo da educação especial têm o potencial de promover a autonomia e a autoestima dos alunos com necessidades especiais. Ao adotar abordagens que valorizam as habilidades individuais e incentivam o desenvolvimento de competências autônomas, os educadores podem ajudar esses alunos a se tornarem mais independentes e confiantes em suas habilidades. Isso não apenas beneficia seu desempenho acadêmico, mas também sua qualidade de vida e sua capacidade de participar ativamente na sociedade.

A partir disso podemos dizer que o processo de alfabetização é a etapa mais importante do desenvolvimento infantil. É por meio dela que a criança cria a habilidade da leitura e da escrita e passa a se expressar através de textos e frases, no entanto, a metodologia nem sempre é igual para todos, e a alfabetização de pessoas autistas pode e deve ocorrer de maneira diferenciada.

As crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm características individuais e percebem o mundo de maneira diferente. Por esse motivo, é importante que os educadores investiguem as principais dificuldades e o desenvolvimento de cada indivíduo.

Em um contexto mais amplo, a Educação Especial desempenha um papel fundamental na criação de métodos de alfabetização e abordagens pedagógicas personalizadas para crianças com autismo e outras necessidades educacionais especiais. É essencial que os pais e educadores trabalhem em conjunto para realizar uma avaliação completa das capacidades cognitivas e psicomotoras das crianças com autismo, a fim de desenvolver métodos de ensino que sejam adaptados às suas necessidades e estilos de aprendizado individuais.

Dessa forma, a Educação Especial não apenas busca garantir que todos os indivíduos tenham acesso a uma educação de qualidade, mas também se esforça para atender às necessidades específicas de cada aluno, promovendo a inclusão e o desenvolvimento pleno de suas habilidades.

O surgimento da Educação Especial está ligado a uma mudança gradual na maneira como a sociedade percebe e aborda a deficiência e a diversidade. Ao longo da história, pessoas com deficiências muitas vezes eram excluídas da educação formal ou colocadas em instituições separadas, afastadas do convívio com seus pares sem deficiência. No entanto, no final do século XIX e início do século XX, houve uma mudança de paradigma na perspectiva da educação. Movimentos como o movimento da Educação Especial nos Estados Unidos e a Declaração de Salamanca da UNESCO, em 1994, foram marcos importantes no desenvolvimento da Educação Especial. Esses eventos enfatizaram a importância da inclusão de pessoas com deficiências na educação regular e promoveram a ideia de que a diversidade é uma parte natural da sociedade. A partir desses marcos, muitos países começaram a adotar políticas e práticas que visam a inclusão e a acessibilidade na educação, dando origem à Educação Especial como a conhecemos hoje. Desde então, tem havido avanços significativos na pesquisa, nas políticas e nas práticas relacionadas à Educação Especial, visando atender às necessidades individuais de cada aluno e promover a igualdade de oportunidades na educação.

Para que a criança seja capaz de assimilar as habilidades necessárias para o processo de alfabetização, é imprescindível que ocorra uma estimulação adequada, isto é, uma técnica que auxilie no processo de aprendizagem, como é o caso da metodologia fônica, que ensina os sons das letras antes da pronúncia de cada palavra. Apresentar aos alunos com TEA o som das letras é uma prática que visa mapear a fala, tornando o método de alfabetização mais compreensível e concreto.

A maioria das pessoas com autismo possui dificuldades no momento do aprendizado, dentre as quais, a organização e compreensão da linguagem, o bloqueio da atenção e a falta de entendimento dos sentimentos do outro. Por essa razão, é fundamental que as estratégias respeitem a forma como o cérebro de cada criança se comporta.

Logo, trabalhar a sonorização das letras é uma maneira de fazer com que o cérebro assimile o som, antes mesmo de a criança conseguir pronunciar a palavra.

Além do método fônico, é viável utilizar a parte visual para que as crianças com TEA consigam visualizar a formação das letras e palavras. Também é possível implementar o falar e compreender, fazendo com que a criança tenha acesso a um maior número de palavras e a compreensão de que elas podem ser divididas em sílabas e sons.

Na alfabetização de autistas, contamos também com outros métodos de intervenção, que agregam ao ensino desses alunos, sendo eles o PECS (Sistema de Comunicação por Troca de Figuras), cuja prática é responsável por auxiliar os alunos que não conseguem se expressar por meio da fala, ou que possuem a dicção limitada; o TEACCH (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados com a Comunicação), que originou-se em 1996 nos Estados Unidos, Universidade da Carolina do Norte, na divisão de Psiquiatria da Escola de Medicina, através do Dr. Eric Schopler, e que tem como objetivo auxiliar o autista a ter mais autonomia, por meio das imagens.

Há o Método Montessori, baseado em pesquisas desenvolvidas pela médica e pedagoga Maria Montessori, o qual tem como propósito alfabetizar a criança autista por meio de materiais sensoriais, ou seja, estimulando-a a executar as atividades do dia-a-dia, como folhear um livro, escrever um texto ou, até mesmo, amarrar os sapatos e regar as plantas, dando mais autonomia ao educando.

Outro método é o ABA (Análise do Comportamento Aplicada), formulado pelo psicólogo americano B. F. Skinner, que estuda o comportamento humano a partir da interação entre organismo/ambiente. O método consiste no ensino de habilidades que tornarão a criança com TEA mais independente e com maior facilidade de comunicação.

Dispomos, portanto, de diversos métodos e práticas que auxiliam na alfabetização de crianças autistas, porém, para se obter sucesso, além de ser necessário respeitar o tempo e o desenvolvimento de cada criança, também é

fundamental que exista criatividade, paciência e dedicação, pois são os maiores pilares para uma alfabetização de sucesso.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo pesquisadores e órgãos de saúde como por exemplo o (DSM-5) e a APA (American Psychological Association) o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um termo abrangente que engloba uma variedade de condições neuropsiquiátricas que afetam o desenvolvimento da comunicação, interação social e comportamento.

Dessa forma os educadores desempenham um papel crucial ao criar ambientes de aprendizagem estimulantes, fornecer orientação e apoio individualizado para atender às necessidades diversas das crianças. Além disso, os professores desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico das crianças, moldando suas percepções do mundo e incentivando a curiosidade, a criatividade e o pensamento crítico. O trabalho docente não se limita apenas à transmissão de informações, mas envolve o cultivo de habilidades de resolução de problemas, empatia e cooperação, ajudando as crianças a se tornarem aprendizes autônomos, como cada criança no espectro autista é única, com suas próprias necessidades e habilidades, e, portanto, a abordagem para a alfabetização deve ser individualizada e adaptada. Para muitas crianças autistas, o uso de métodos de ensino visual, como cartões com imagens associadas a palavras, pode ser eficaz.

A comunicação não verbal, como gestos e comunicação por imagens, também pode desempenhar um papel importante no processo de alfabetização. É crucial que os educadores e terapeutas compreendam a maneira como cada criança autista processa informações e se comunique, para assim adaptar estratégias que sejam eficazes para elas. Além disso, a paciência, a consistência e o apoio emocional desempenham um papel fundamental no sucesso da alfabetização em crianças autistas, permitindo que elas desenvolvam habilidades de leitura e escrita que podem enriquecer suas vidas e abrir portas para a comunicação e a expressão.

Às necessidades de uma criança autista em termos de alfabetização, é crucial reconhecer a importância da abordagem personalizada e inclusiva na educação. Cada criança autista é única, com suas próprias habilidades, desafios e preferências de

aprendizado. Portanto, os educadores e os pais devem trabalhar em estreita colaboração, envolvendo-se ativamente na avaliação das capacidades cognitivas, psicomotoras e comunicativas da criança.

Além disso, a paciência, a compreensão e a flexibilidade desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da alfabetização de crianças autistas, permitindo que elas aprimorem suas habilidades de maneira gradual e positiva, a alfabetização é uma conquista significativa para qualquer criança, e para uma criança autista, pode representar um importante passo em direção à independência e à comunicação eficaz.

REFERÊNCIAS

Associação Americana de Psiquiatria. Diagnóstico e Estatísticas: Manual de Doenças Mentais, 5 ed. Arlington, VA: American Psychiatric Publishing

A concepção Piagetiana da relação sujeito-objeto e suas implicações para a análise da interação social

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000300015
(acessado em 18 de setembro de 2023)

acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf
(acessado em 01 de agosto de 2023)

AUTISMO: UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE OU

DIFERENÇA? https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/DURANTE_JULIANA_CAU.pdf

(acessado em 18 de setembro de 2023)

[https://autismoerealidade.org.br/convivendo-com-o-tea/leis-e-direitos/#:~:text=A%20Lei%20Berenice%20Piana%20\(12.764,social%3B%20ao%20trabalho%20e%20a](https://autismoerealidade.org.br/convivendo-com-o-tea/leis-e-direitos/#:~:text=A%20Lei%20Berenice%20Piana%20(12.764,social%3B%20ao%20trabalho%20e%20a) (acessado em 02 de agosto de 2023)

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf (acessada em 01 de agosto de 2023)

Backes, B. (2012). **Regressão da linguagem, desenvolvimento sociocomunicativo e perfil sintomatológico de crianças com transtorno do espectro autístico**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

BAQUERO, Ricardo. **Vygotsky e a aprendizagem escolar**. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BRASIL. Lei Federal no 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF.** Acesso em 05/03/2023

Brasil. Ministério da Saúde. Caderneta de saúde da criança - menina. 11 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento**, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. Psicologia & Sociedade.** Porto Alegre: 2009, vol.21, n.1, p. 65-74. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n1/08.pdf> Acesso em 02 de Jan. 13.

CIRINO, Oscar. **Psicanálise e Psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001

<https://cursocompletodepedagogia.com/tag/os-4-estagios-de-desenvolvimento-segundo-piaget/>

(acessado em 01 de agosto de 2023)

DECLARAÇÃO DA SALAMANCA: Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 05 de março de 2023.

DEGASPARI, Alessandra. **Jogos pedagógicos no contexto educacional.**

Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/237094>.

DELAZARO, C.B. "A EDUCAÇÃO MUSICAL ALIADA À CLÍNICA PSICOMOTORA E AS CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS NO TRABALHO COM PESSOAS COM **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**" - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS INSTITUTO DE ARTES, Trabalho de Conclusão de Curso

Didatics. PIAGET - **Estágios do Desenvolvimento**. Youtube, 26 de fevereiro de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CRokAZi_RWM.

DIAGNÓSTICO PRECOCE DE AUTISMO: UMA REVISÃO LITERÁRIA. **Revista Saúde Multidisciplinar**. 6º Ed, p. 1-6, 2019. Disponível em: <https://fampfaculdade.com.br/wp-content/uploads/2019/12/12-DIAGNO%CC%81STICO-PRECOCE-DE-AUTISMO-UMA-REVISA%CC%83O-LITERA%CC%81RIA.pdf>. (acessado em 19 de setembro de 2023)

<https://diversa.org.br/artigos/escrita-alfabetizacao-criancas-com-autismo/> (acessado em 19 de setembro de 2023) Drumond.K, **Alfabetização e letramento: conceitos; relações e práticas** (acessado em 20 de dezembro de 2021) <https://www.sistemamaxi.com.br/alfabetizacao-e-letramento/>

https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA9_ID4743_27092019225225.pdf (acessado em 01 de agosto de 2023)

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/o_conceito_de_infancia_no_decorrer_da_historia.pdf (acessado em 01 de agosto de 2023)

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/aprocesso_alfab_ferreiro.pdf (acessado em 01 de agosto de 2023)

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 26 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

Fombonne, E. (2009). **Epidemiology of pervasive developmental disorders**. *Pediatric Research*, 591-598.

<https://genialcare.com.br/blog/alfabetizacao-da-crianca-autista/> (acessado em 19 de setembro de 2023)

Idoeta, P.A Quanto mais cedo, melhor? O debate sobre a idade certa, os métodos e a avaliação na alfabetização de crianças Paula Adamo Idoeta – **BBC**

<https://www.jadeautism.com/metodos-para-alfabetizacao-de-alunos-com-autismo>

(acessado em 19 de setembro de 2023)

MACEDO, L.; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. **O lúdico no processo de desenvolvimento e aprendizagem escolar**. Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Matson, J. L; Kozlowski, A. M. (2010). **Autistic regression. Research in Autism Spectrum Disorders**, 4ed, 340-345.

MELO, Janaína Farias de; SILVA, Galeara Matos de França; BOMFIM, Zulmira Áurea da Cruz, SOUSA, Isabelle Cerqueira e FARIAS JÚNIOR, Lindolfo Ramalho. (2020). **Teoria histórico-cultural contribuições para a prática psicopedagógica**. Revista Psicopedagogia, 37(114), 353-365. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.51207/2179-4057.20200029>.

<https://www.mercado-de-letras.com.br/resumos/pdf-23-07-11-15-35-28.pdf>

(acessado em 19 de setembro de 2023)

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisas qualitativas em saúde. São Paulo (SP)**: Hucitec, 2014. 393p.

<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-importancia-brincar-na-educacao->

[infantil.htm#:~:text=De%20acordo%20com%20Vygotsky%20\(1998,%2C%20crian%C3%A7as%20e%20Fou%20adultos.](https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-importancia-brincar-na-educacao-infantil.htm#:~:text=De%20acordo%20com%20Vygotsky%20(1998,%2C%20crian%C3%A7as%20e%20Fou%20adultos.)

(acessado em 02 de agosto de 2023)

MURCIA, Juan Antonio Moreno. **Aprendizagem através dos jogos**. Trad. Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Nazari,A.C.G **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DISCUTINDO O SEU CONCEITO E MÉTODOS DE ABORDAGEM PARA O TRABALHO** (acessado em

18 de fevereiro de 2022) -

https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/transtorno_do_espectro_autista_discutindo_o_seu_conceito_e_metodos_de_abordagem_para_o_trabalho.pdf

News Brasil em São Paulo 17 maio 2020 - <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51682664> -

Nota OMS de Abril de 2017 – Traduzido e Adaptado por Vinicius Aguiar.(acessado em 20 de dezembro de 2021) - <https://www.ama.org.br/site/autismo/definicao/> -

Núcleos Especializados da Infância e Juventude, de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito e do Idoso e da Pessoa com Deficiência da Defensoria Pública do Estado de São Paulo 1º Edição - Março de 2011(acessado em 20 de dezembro de 2021) - <https://www.revistaautismo.com.br/CartilhaDireitos.pdf> -

OSTETTO, L. E. Planejamento na Educação Infantil: mais que a atividade, a criança em foco.In: OSTETTO, L. E.(Org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios**. Campinas, SP: Papirus, 2000. Cap. 10 .

ORRÚ, Silva Ester. **Autismo, Linguagem e Educação- interação social no cotidiano escolar**. 3 ed.-Rio de Janeiro: Wak Ed., 2012.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 8ºed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000100008#:~:text=O%20processo%20de%20aprendizagem%20acontece,est%C3%A1gio%20do%20desenvolvimento%20da%20crian%C3%A7a.
(acessado em 01 de agosto de 2023)

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: Imitação, jogo e sonho imagem e representação**. 3º ed. Rio de Janeiro: LTC, 1964.

PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia. 24º ed Revista**. São Paulo: Editora Forense Universitária, 1999.

Piaget Jean. **Cómo se desarrollala mente del niño. In: Piaget J. Los años postergados: la primera infancia.** Paris: UNICEF; 1975.

PIAGET, Jean. :O nascimento da inteligência na criança. 4ª ed. Rio de janeiro Zahar, 1973.

Piletti N, Rossato SM. **Psicologia da aprendizagem: da Teoria do condicionamento ao Construtivismo.** São Paulo: Contexto; 2011.

<https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc3-6.pdf>

(acessado em 04 de agosto de 2023)

Rapin, I; Dunn, M. (2003). **Update on the language disorders of individuals on the autistic spectrum. Brain and Development**, 166-172.

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12976/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Karina%20Ribeiro.pdf?sequence=1&isAllowed=y> (acessado em 02 de agosto de 2023)

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1971/1/MLSO13092016#:~:text=No%20passado%2C%20muitos%20apontavam%20que,qual%20gene%20origina%20o%20autismo.>(acessado em 02 de agosto de 2023)

<https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/746/USODEJ~1.PDF?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=Ao%20longo%20de%20sua%20extensa,um%20aprendizado%20e%20desenvolvimento%20intelectual.>

(acessado em 01 de agosto de 2023)

_____. **Seis estudos de psicologia.** Tradução: Maria Alice Magalhães D' Amorim e Paulo Sergio Lima Silva - 24º Ed. Rio de Jneiro: FORENSE UNIVERSITARIA, 1999

SILVA. Ana Beatriz Barbosa. **Mundo Singular - Entenda o Autismo**, Rio de Janeiro. ED. Fontanar, 2012.

http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/ARTIGOSANAIS_SEPECH/giseldamamilitao.pdf (acessado em 01 de agosto de 2023)

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. VA

Rutter, M. L. (2011). **Progress in understanding autism: 2007-2010**. Journal of Autism and Developmental Disorders, 395-404.

SILVA. Ana Beatriz Barbosa. **Mundo Singular - Entenda o Autismo**, Rio de Janeiro. ED. Fontanar, 2012.

STEFFEN, Bruna; PAULA, Izabela; MARTINS, Vanessa; LÓPEZ, Monica.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação Social da Mente : o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores** (2007).